

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT20.015

OS SIGNIFICADOS DO TRABALHO PARA DOCENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO

Taciana Halliday da Mesquita Pimentel¹
José Nildo Alves Caú²

RESUMO

Este projeto de pesquisa tem como objetivo analisar os significados atribuídos ao trabalho pelos docentes da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Pernambuco. Para tanto, o estudo visa responder a seguinte questão: Quais os significados atribuídos ao trabalho pelos docentes da EPT do Instituto Federal de Pernambuco? Como objetivos específicos: 1) Evidenciar na literatura os significados atribuídos ao trabalho na última década; 2) Compreender como o processo de reestruturação produtiva se apresenta e interfere no contexto educacional e na formação das subjetividades dos docentes; 3) Identificar os marcos legais que regulamentam o trabalho docente e como favorecem para a construção dos significados em relação ao trabalho; e 4) Desenvolver um produto educacional na modalidade de oficina pedagógica com a temática do significado do trabalho. O estudo traz como referencial teórico autores que discutem as categorias trabalho e educação a partir da perspectiva histórico-dialética, como Ricardo Antunes (1995, 2013, 2020), Dermeval Saviani (2007), Luiz Carlos de Freitas (2004, 2018), Giovanni Alves (2008) e Marise Ramos (2014). A metodologia da pesquisa será de natureza qualitativa e utilizará como instrumentos: estudo bibliográfico; análise documental; questionário socioeconômico; e entrevistas semiestruturadas. Realiza a análise dos dados à luz de Bardin (1977). A pesquisa será realizada nos *campi* do IFPE Recife, Vitória de

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em rede - PROFEPT, taciana.pimentel@reitoria.ifpe.edu.br;

2 Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, cau.nildo@reitoria.ifpe.edu.br.

Santo Antão e Afogados da Ingazeira, envolvendo 12 docentes da formação geral e técnica. Realizamos um estudo da arte e evidenciamos nas produções sobre a temática do trabalho que o objeto de estudo tem sido pesquisado por diversas áreas do conhecimento, como Administração, Sociologia, Serviço Social, Educação e Psicologia, com diferentes abordagens. Considerando a centralidade do trabalho para a vida social, compreendemos que este campo de pesquisa permanece fértil por se tratar de um fenômeno em movimento e ganha forma na vida do trabalhador nas suas diferentes dimensões de maneira contraditória.

Palavras-chave: Trabalho, Significado do trabalho, Educação Profissional e Tecnológica.

INTRODUÇÃO

No último século, especialmente a partir dos anos 1970, ocorreram profundas transformações no mundo do trabalho, desencadeadas pela globalização da economia, pela reestruturação produtiva e pelo avanço das tecnologias digitais. Dentre as mudanças que estavam em curso nos países de capitalismo avançado, ocorria a transição dos métodos tradicionais de produção em série, típicos do modelo fordista, para abordagens mais flexíveis, visando responder às demandas do mercado (Antunes, 1995).

O modelo toyotista, originário do Japão, estava se difundindo globalmente e, em muitos casos, substituindo ou mesclando-se com o modelo fordista. Em vez da rigidez das linhas de montagem especializadas em produção em massa, passa a haver uma ênfase na especialização adaptável, através da qual os trabalhadores podem desempenhar múltiplas funções e se adaptar às diferentes necessidades de produção. Havia um movimento em direção à desconcentração industrial, com a gradativa descentralização da produção e a implementação de novos modelos de gestão da força de trabalho (Antunes, 1995).

A reestruturação da produção, o avanço tecnológico e a reengenharia organizacional alteraram não apenas a base técnica da produção capitalista, mas também provocaram debates teóricos, principalmente nos campos da sociologia e da política, sobre o papel do trabalho na sociedade, com discussões acerca das dimensões e das possíveis consequências do novo ciclo reprodutivo do capital, como o desaparecimento do trabalho ou o fim de sua centralidade na sociedade (Montalvão, 2021).

Autores como Claus Offe, Robert Kurz, Adam Schaff, André Gorz e Herbert Marcuse exploraram essas ideias, renunciando que esse novo ciclo representaria o esvaziamento do trabalho como categoria de mediação social. Do outro lado desta polêmica, autores como Ricardo Antunes e Christophe Dejours argumentaram que as teses que anunciavam o fim do trabalho não se sustentam, pois mesmo com o advento da automação, o trabalho não deixou de existir (Montalvão, 2021).

Conforme Dejours (2011), embora os processos de trabalho tenham se tornado automatizados, isso não se traduziu necessariamente em uma redução do trabalho humano. Pelo contrário, em muitos casos, a intensidade e a duração do trabalho aumentaram, mesmo em diferentes níveis da produção, desde trabalhos terceirizados até funções de gestão. Com a globalização da economia, obser-

vou-se um deslocamento de parte da produção para as periferias do capitalismo, onde a mão de obra é mais barata e menos regulamentada. Ou seja, a reestruturação produtiva não acarretou o fim do trabalho, mas a sua precarização.

Essas mudanças no mundo do trabalho tiveram um impacto profundo no cenário global e ajudaram a moldar o mundo contemporâneo. Elas influenciaram não apenas a economia e a política, mas também as sociedades. Antunes (1995) ressalta que os efeitos dessas transformações foram tão intensos “que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade, afetando sua *forma de ser*” (p. 15).

Diante dessas transformações tanto materiais quanto subjetivas, a construção social dos significados atribuídos ao trabalho também é impactada. Segundo Ribeiro e Léda (2004), no contexto contemporâneo, o trabalho tem assumido sentidos contraditórios, podendo ser valorizado como fonte de identidade, realização pessoal e integração social, mas também associado à exploração, alienação, subutilização da força de trabalho e desemprego (Ribeiro e Léda, 2004).

À luz de autores que discutem as categorias trabalho e educação da perspectiva histórico-dialética – como Karl Marx, Friedrich Engels, István Meszáros, György Lukács, Marise Ramos, Dermeval Saviani, Ricardo Antunes, Giovanni Alves e Luiz Carlos de Freitas –, partimos da compreensão de que o trabalho e a formação humana são essencialmente históricos. Em outras palavras, compreendemos que não há uma natureza pré-determinada ou apriorística do trabalho, portanto, também o significado atribuído a ele é uma construção que emerge historicamente, influenciada pelas determinações sociais e econômicas vigentes.

Sendo assim, para compreender plenamente o significado do trabalho em uma determinada sociedade, é necessário analisar a estrutura social e as relações de produção que a caracterizam. Isso implica considerar não apenas as condições materiais de trabalho, como a organização da produção e as tecnologias disponíveis, mas também as relações de classe, as formas de exploração e dominação, e os valores culturais e ideológicos que permeiam a sociedade (Saviani, 2007; Antunes, 2013).

Dessa forma, a análise do trabalho não pode ser desvinculada de seu contexto histórico e social. A compreensão de sua essência e significado requer uma investigação profunda das condições concretas em que se desenvolve,

levando em conta as particularidades de cada momento histórico e localidade. Essa abordagem histórico-ontológica permite uma compreensão mais ampla do papel do trabalho na sociedade e das formas como ele influencia e é influenciado pelas estruturas sociais e pelas relações de poder.

Engels (2004) argumenta que o trabalho, entendido como a atividade consciente de transformação da natureza para atender às necessidades humanas, desempenhou um papel fundamental na transformação dos ancestrais primatas em seres humanos, tendo sido o principal impulsionador da evolução humana. Ele sustenta que o trabalho “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (p. 11).

Também para Lukács (1981), o trabalho é a categoria fundante do ser social. Ele argumenta que o trabalho é a atividade fundamental que transforma a natureza e, ao mesmo tempo, molda a própria essência humana. O autor observa que é o trabalho que faz a mediação entre o homem e a natureza, sendo através dele que os seres humanos realizam sua humanidade:

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, inter-relação que [...] antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (p. 02).

Na mesma direção, Saviani (2007) concebe o trabalho como uma atividade essencialmente humana, por meio da qual os seres humanos se relacionam com o mundo material e se tornam conscientes de si mesmos. Ele aponta que, ao contrário dos outros animais, que se adaptam ao meio ambiente, os seres humanos transformam a natureza para atender às suas necessidades, produzindo seus meios de vida e, conseqüentemente, sua própria vida material. O trabalho é, portanto, a base sobre a qual se desenvolvem outras atividades humanas, incluindo a educação.

No contexto da história da humanidade, Saviani (2007) observa que o trabalho e a educação estão intrinsecamente ligados, pois a educação surge como uma necessidade decorrente do trabalho. À medida que os seres humanos se organizam para produzir sua própria subsistência, surge a necessidade de transmitir conhecimentos e habilidades de geração em geração, dando origem à educação. Assim, ele sustenta que o trabalho e a educação são dimensões

fundamentais da condição humana e estão profundamente entrelaçados em sua história e desenvolvimento. Nesse sentido, destaca Saviani (2007):

A produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. Diríamos, pois, que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem. Assim, enquanto os elementos não validados pela experiência são afastados, aqueles cuja eficácia a experiência corrobora necessitam ser preservados e transmitidos às novas gerações no interesse da continuidade da espécie (p.154).

Considerando a relação intrínseca entre trabalho e educação, e entendendo que a educação é determinada pelo modo de produção da vida material, pretendemos com essa pesquisa refletir sobre os impactos subjetivos na atribuição de significados ao trabalho por trabalhadores da educação, causados pela gestão empresarial da educação, abordagem que concebe a educação a partir da lógica de mercado.

Postone (2015) argumenta que, no capitalismo, para além da exploração econômica os seres humanos estão subordinados a uma forma de dominação caracterizada por imperativos sistêmicos abstratos. Propondo uma reinterpretação da análise marxiana sobre as formas sociais fundamentais que estruturam o capitalismo (a mercadoria e o capital), o autor desloca o foco principal da crítica sobre propriedade e mercado para a esfera do trabalho, propondo que a natureza da produção e do crescimento na sociedade capitalista são socialmente, e não tecnicamente, constituídos. Nesse sentido o autor conceituou

o capitalismo em termos de uma forma historicamente específica de interdependência social com um caráter impessoal e aparentemente objetivo. Essa forma de interdependência se realiza por intermédio de relações sociais constituídas por formas determinadas de prática social que, não obstante, se tornam quase independentes das pessoas engajadas nessas práticas. O resultado é uma forma nova e crescentemente abstrata de dominação, que sujeita as pessoas a imperativos e coerções estruturais impes-

soais que não podem ser adequadamente compreendidos em termos de dominação concreta (por exemplo, dominação pessoal ou de grupo), que também gera uma dinâmica histórica contínua (p. 19).

Discorrendo sobre as novas formas de controle no capitalismo flexível e seus impactos sobre a subjetividade dos trabalhadores, Sennet (2015) assinala que “a nova ordem impõe novos controles, em vez de simplesmente abolir as regras do passado – mas também esses novos controles são difíceis de entender. O novo capitalismo é um sistema de poder muitas vezes ilegível” (p. 09).

Coutinho (2009) assinala que muitos aspectos da sociedade moderna do século persistem na contemporaneidade, argumentando que, apesar das mudanças ocorridas, há mais continuidade do que diferença nos movimentos históricos em curso. Isso significa que enquanto houve transformações notáveis, muitas estruturas, instituições e ideias da sociedade moderna ainda são elementos presentes que se entrelaçam e se manifestam na dinâmica social contemporânea.

Antunes (2020) também aponta que as mudanças iniciadas nos anos 1970 continuam em curso nos dias atuais, com características particulares relacionadas à expansão do universo digital no mundo produtivo. A denominada “uberização das relações de trabalho”, por exemplo, explicita um modelo de negócio que tem se estendido a uma variedade de setores. A uberização, termo que surgiu a partir do modelo de negócio da empresa Uber, refere-se a um fenômeno em que o trabalho é organizado de maneira cada vez mais individualizada, muitas vezes através de plataformas digitais, onde os trabalhadores são contratados como prestadores de serviços independentes, em vez de funcionários tradicionais com vínculos empregatícios formais.

Segundo o autor, o surgimento e a proliferação desses modos de operação nas últimas décadas é uma tendência que representa uma nova fase no desenvolvimento do capitalismo. Essas práticas, impulsionadas pelo imperativo de maximização do valor para os acionistas, estão moldando de maneira significativa as relações de trabalho e a organização da produção em todo o mundo.

A terceirização, a informalidade e a flexibilidade estão se tornando características cada vez mais proeminentes do sistema econômico global, especialmente no setor de serviços, mas com potencial para se expandir para outros setores, como a indústria e a agricultura. Antunes (2020) alerta que se não forem confrontados e regulados adequadamente, esses modos de produção tendem

a se consolidar e a se expandir, resultando em maior precariedade no emprego, redução dos direitos trabalhistas e sociais e desemprego estrutural.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os significados atribuídos ao trabalho por docentes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Para responder a essa questão, foram delineados como objetivos específicos: evidenciar na literatura os significados atribuídos ao trabalho na última década; compreender como o processo de reestruturação produtiva se apresenta e interfere no contexto educacional e na formação das subjetividades dos docentes; identificar os marcos legais que regulamentam o trabalho docente e como favorecem para a construção dos significados em relação ao trabalho; e desenvolver um produto educacional na modalidade de oficina pedagógica com a temática do significado do trabalho. O papel central que o trabalho desempenha em nossas vidas confere a ele um espaço privilegiado na formação da subjetividade dos trabalhadores, de modo que a esfera profissional se entrelaça profundamente — e por vezes se confunde — com a identidade pessoal. Compreender o significado do trabalho para as pessoas envolve explorar as origens dessa construção, investigando as experiências, ideias, influências e expectativas que a compõem.

Entender as transformações no mundo do trabalho e analisar seus efeitos na vida dos trabalhadores da educação é crucial por algumas razões. Primeiro, os profissionais da educação desempenham um papel fundamental na formação e no desenvolvimento das futuras gerações, e as condições de trabalho deles podem afetar diretamente a qualidade da educação oferecida.

Além disso, investigar a categoria trabalho e seu significado na vida dos trabalhadores da educação também pode contribuir para uma reflexão mais ampla sobre o papel do trabalho na sociedade contemporânea, os desafios enfrentados pelos trabalhadores em diferentes setores e as possíveis estratégias para promover uma maior valorização do trabalho e dos trabalhadores.

Por fim, num contexto no qual as políticas econômicas influenciam as condições de trabalho dos profissionais da educação de várias maneiras, incluindo questões salariais, carga horária, precarização do emprego, falta de recursos e apoio adequados, entre outros, compreender como essas políticas afetam os trabalhadores pode contribuir para o desenvolvimento de práticas e políticas mais justas no campo da educação.

A metodologia desta pesquisa adota uma abordagem qualitativa. A coleta de dados ocorrerá em três campi do IFPE (Recife, Vitória de Santo Antão e

Afogados da Ingazeira), escolhidos por representarem diferentes contextos institucionais e perfis. Serão utilizadas entrevistas semiestruturadas para captar percepções e vivências dos participantes, permitindo uma abordagem mais aprofundada e flexível. Os dados coletados serão analisados com a técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (1977), seguindo etapas sistemáticas para identificar categorias e temas emergentes.

Este artigo, que faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, apresenta um resumo das discussões e resultados obtidos até o momento, com base em uma pesquisa bibliográfica abrangendo o período entre 2013 e 2023. Os estudos revisados sinalizaram as relações contraditórias entre capital e trabalho. Autores como Gonçalves e Jimenez (2013), Tumolo (2019) e Ferraz e Fernandes (2019) discutem o impacto das mudanças capitalistas no mundo do trabalho, destacando a necessidade de desnaturalizar o trabalho assalariado e entender as particularidades históricas e sociais das condições de trabalho.

A pesquisa bibliográfica revelou também debates epistemológicos sobre o sentido e significado do trabalho, destacando abordagens existencialistas e sócio-históricas. Estudos como o de Schweitzer et al. (2016) apontam para discussões polarizadas sobre a centralidade do trabalho, com alguns autores defendendo sua relevância social, enquanto outros consideram que sua importância está diminuindo. Os dados obtidos até agora servem como base para as entrevistas com docentes que serão realizadas nas próximas etapas da pesquisa, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre os significados atribuídos ao trabalho pelos participantes.

Os resultados desta pesquisa mostraram que o trabalho tem sido tema de estudo em diversas áreas, como Administração, Sociologia, Serviço Social, Educação e Psicologia, evidenciando a complexidade do fenômeno ao ser abordado sob diferentes perspectivas teóricas. A centralidade do trabalho na vida social se manifesta de maneira contraditória nas experiências dos trabalhadores, que enfrentam condições precarizadas e alienadas no contexto capitalista. Essa dualidade reforça a necessidade de investigar continuamente o fenômeno, especialmente em relação às mudanças sociais, tecnológicas e econômicas.

As conclusões apresentadas servem como base para futuras pesquisas que examinem as condições de trabalho em contextos de precarização e intensificação, visando iluminar os efeitos dos modos de produção capitalistas na vida dos trabalhadores e promover estratégias de resistência, contribuindo assim para a defesa dos direitos trabalhistas e a transformação social.

METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa é de abordagem qualitativa, uma escolha alinhada aos objetivos do estudo. Segundo Gil (2017), a pesquisa qualitativa se concentra em compreender fenômenos sociais complexos a partir da perspectiva dos participantes, buscando capturar a riqueza e a profundidade das experiências humanas. Trata-se de uma abordagem essencialmente descritiva e interpretativa.

A pesquisa qualitativa reconhece a subjetividade dos participantes e a importância do contexto social, cultural e histórico na construção de significados. Ela valoriza as vozes e as experiências dos sujeitos, buscando entender como eles interpretam e dão sentido ao mundo ao seu redor. Para isso, emprega uma variedade de técnicas de coleta de dados, como entrevistas, observação participante, análise de documentos e grupos focais. Essas técnicas são flexíveis e adaptáveis, permitindo uma abordagem ampla e contextualizada da pesquisa.

A pesquisa será realizada no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), instituição cuja história remonta a 1909 e que passou por várias reestruturações até se consolidar como uma instituição de referência em educação profissional e tecnológica, com 16 campi espalhados pelo estado. Para a coleta de dados, foram delimitados três campi: Recife, Vitória de Santo Antão e Afogados da Ingazeira, escolhidos como representativos de diferentes contextos e perfis.

Os participantes da pesquisa serão docentes da Educação Profissional e Tecnológica dos campi selecionados. A escolha dos sujeitos da pesquisa está alinhada com o objeto de estudo do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (Profept), bem como, com o objetivo geral da pesquisa de analisar o significado do trabalho, especialmente considerando o propósito fundamental da EPT de preparar os estudantes para ingressar no mundo do trabalho.

Como profissionais que atuam diretamente na área da Educação Profissional e Tecnológica, os docentes da EPT têm uma perspectiva privilegiada sobre a intersecção entre educação e trabalho. Eles próprios são trabalhadores que enfrentam desafios, demandas e expectativas em seu ambiente de trabalho, o que pode influenciar profundamente sua atribuição de significados ao trabalho, assim como impactar sua prática profissional.

Conduzir a pesquisa com docentes de diferentes *campi* é uma estratégia que visa alcançar realidades diversas e obter uma compreensão abrangente e

contextualizada sobre a relação entre os professores e o trabalho em um contexto institucional multicampi. Os participantes podem ter experiências diversas em relação ao seu trabalho, dependendo das características específicas de cada unidade, como localização geográfica, infraestrutura, recursos disponíveis, entre outros. Capturar essa diversidade de experiências e percepções pode enriquecer a análise dos dados, resultando em uma compreensão mais detalhada do fenômeno estudado, além de contribuir para que as conclusões da pesquisa sejam relevantes e aplicáveis em uma variedade de contextos.

A amostra, planejada para incluir quatro professores por campus, totalizando 12 participantes, será definida com base no conceito de saturação de dados, ou seja, a coleta de informações será realizada até que não surjam novas perspectivas relevantes, garantindo uma compreensão rica e abrangente do fenômeno estudado.

Para a coleta de dados, utilizaremos como instrumentos: questionário sociodemográfico e entrevistas semiestruturadas. De acordo com Gil (2017), na coleta de dados em pesquisas qualitativas os questionários sociodemográficos são uma ferramenta importante para obter informações sobre o perfil dos participantes, como idade, gênero, nível educacional, renda, entre outros aspectos relevantes. São um instrumento útil para caracterizar a amostra estudada e para identificar possíveis relações entre variáveis socioeconômicas e os fenômenos investigados na pesquisa.

Na pesquisa qualitativa, a entrevista semiestruturada desempenha um papel fundamental na coleta de dados, permitindo uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenômenos estudados. Essa técnica permite que os pesquisadores explorem as experiências, percepções e opiniões dos participantes sobre um determinado assunto, o que é especialmente útil quando se busca compreender a complexidade e a subjetividade dos fenômenos sociais.

Para a análise e interpretação dos dados coletados na pesquisa, utilizaremos a análise de conteúdo, uma técnica de pesquisa qualitativa amplamente utilizada para analisar o conteúdo de dados textuais, como documentos, entrevistas, discursos, entre outros. Essa técnica é especialmente útil para extrair significados, identificar categorias e temas emergentes nos dados.

Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo se dá através de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (p. 38) e tem como objetivo a inferência de conhecimentos. As etapas principais desse

método, conforme descrito pelo autor, são a pré-análise, a exploração do material, o tratamento e a interpretação dos resultados, e a inferência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando que este artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, os resultados obtidos até o momento baseiam-se em uma pesquisa bibliográfica, que incluiu a análise de artigos, dissertações e teses selecionadas para o levantamento do estado da arte sobre a temática do trabalho, abrangendo o período de 2013 a 2023. Os estudos revisados sinalizaram as relações contraditórias entre capital e trabalho e permitiram identificar diversas abordagens ao tema.

Com o objetivo de analisar os fundamentos epistemológicos que sustentam as produções científicas nacionais com a temática do trabalho, Schweitzer *et. al.* (2016) realizaram uma revisão integrativa que constatou que há uma vasta produção científica sobre o tema, com prevalência das abordagens existencialista e sócio-histórica, assim como contribuições da psicodinâmica do trabalho.

Os autores perceberam, também, que o contexto de transformações sociopolíticas e econômicas suscitou discussões polarizadas neste campo de estudo, principalmente no que diz respeito à centralidade do trabalho. Algumas perspectivas sugerem a perda da centralidade da categoria trabalho, considerando que, na atualidade, este se tornou menos central para as pessoas do que em outros períodos. No outro polo, há autores que mantêm a defesa do trabalho como categoria central, compreendendo-o como principal fato social nos processos de socialização e na construção da identidade (Antunes, 2003; Luna, 2005; Zanelli, 2010, *apud.* Schweitzer *et. al.*, 2016).

Adotando a perspectiva da centralidade do trabalho, Schweitzer *et. al.* (2016) entendem-na como o componente mais importante para o fenômeno sentido(s) e significado(s) do trabalho. Segundo os autores, “O uso dos termos sentido ou significado não denota consenso entre autores nos estudos, porém, etimologicamente ambos surgem do termo latino *sensos*, que se refere à percepção, significado ou interpretação, sentimento e empreendimento” (Schweitzer *et. al.*, 2016, p. 104).

Em diálogo com a psicologia histórico-cultural e fundamentado na ontologia marxiana, o estudo de Gonçalves e Jimenez (2013) investiga o construto teórico de Leontiev, examinando o caráter antagônico entre o significado do

trabalho no capitalismo e o sentido que o trabalhador atribui à sua produção, que impacta diretamente as formas humanas de pensar, sentir e agir. Para os autores, a fragmentação das condições de produção está ligada a divisão social do trabalho, que acentua esse antagonismo gerando uma dissociação entre a atividade humana e seu sentido mais profundo. Eles sublinham que:

Com a divisão social do trabalho, instaura-se, fatalmente, um efeito devastador no mundo dos homens, uma vez que esta põe em movimentos estanques e contrários o trabalho material e espiritual, a consciência e a consciência da práxis (p. 688).

Ao fazer um paralelo entre as sociedades primitivas e capitalistas, Leontiev (1978, *apud*. Gonçalves e Jimenez, 2013) explica que, nas comunidades primitivas, os meios e os frutos da produção eram de propriedade coletiva, o que influenciava tanto a consciência individual quanto a coletiva. Dessa forma, as pessoas controlavam os meios de produção, e o que produziam não gerava diferenças sociais entre elas. O surgimento da sociedade de classes operou uma transformação na consciência humana de maneira que “as relações entre os homens transformam-se cada vez mais em relações de coisas que se separam e se alienam do próprio homem. Assim, a atividade humana deixa de ser para o homem fonte de realização” (p. 117).

Marx e Engels (2006, *apud*. Gonçalves e Jimenez, 2013) afirmam que essa fragmentação se agrava conforme a acumulação aumenta, levando à alienação do trabalhador em relação à sua própria existência e força produtiva e transformando o trabalho em um meio impessoal. A alienação é, portanto, um dos efeitos principais do modo de produção capitalista, uma vez que o trabalhador perde a conexão com o sentido humano do trabalho, que passa a ser forjado pelas relações de produção capitalistas. Dessa forma, a alienação no capitalismo transforma o trabalho em um processo de venda da força de trabalho, o que resulta em uma desumanização, pois o trabalhador alienado não vê mais a atividade como realização de sua essência, mas apenas como um meio de sobrevivência.

Ferraz e Fernandes (2019) exploram as diferentes perspectivas sobre os sentidos e significados do trabalho, destacando as contribuições de autores como Antunes e Morin. Antunes defende que o trabalho só tem sentido quando não está subordinado ao capital, pois atividades laborais, mesmo em contextos de lazer, podem resultar em “sentidos estranhados”, que não promovem o

desenvolvimento integral da humanidade. Em contraste, Morin sugere que os sentidos do trabalho se definem na capacidade humana de atribuir significado a atividades assalariadas que reforçam as relações capitalistas, impulsionando a produtividade dos trabalhadores.

As autoras sustentam a importância de uma pesquisa crítica que questione as desigualdades sociais no campo do trabalho, defendendo que os pesquisadores devem evitar a mera descrição dos sentidos do trabalho e buscar compreender as contradições entre capital e trabalho. Para isso, propõem uma agenda de pesquisa que resgate a teoria marxiana, destacando a necessidade de desnaturalizar o trabalho assalariado e entender as particularidades históricas e sociais das condições de trabalho. A partir dessa abordagem, busca-se promover um entendimento mais profundo sobre os sentidos atribuídos ao trabalho e abrir espaço para práticas que priorizem a humanização e a dignidade dos trabalhadores, indo além das meras relações capitalistas.

Araújo e Sachuk (2007) analisam os sentidos do trabalho nas organizações e suas consequências na constituição do homem enquanto sujeito. Afirmando o valor social inalienável do trabalho, em sua indissociável relação com a formação do sujeito, as autoras referem que os modos de trabalhar e de produzir são marcos fundamentais utilizados para caracterizar cada época histórica. A partir desta concepção, refletem que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho alteraram substancialmente os sentidos que são atribuídos a ele, trazendo novas percepções, formas de agir e de pensar.

Entre essas mudanças, que são resultado da globalização da economia, estão o desaparecimento de empregos permanentes e o surgimento de novas tecnologias, que inaugurou formas inovadoras de organização do trabalho. As autoras ressaltam o paradoxo contido nas transformações no mundo do trabalho, pois enquanto o avanço tecnológico e as novas formas de gerenciamento promovem o aumento da produtividade, contribuem também para a eliminação de postos de trabalho, gerando desemprego e/ou a migração de grandes contingentes de trabalhadores para o setor terciário da economia ou para o trabalho informal.

Tomando como referencial teórico o método histórico-dialético, Santos, Morais e Brandão (2017) compreendem que o trabalho é a principal mediação entre o homem e a natureza, sendo por meio dele que o ser humano transforma o mundo ao seu redor e a si mesmo. No entanto, os autores explicam que

A partir da sociedade capitalista, a conjuntura e a apropriação do trabalho pelos donos do meio de produção foi delimitando um percurso que se encontra ainda muito presente em nossa atual sociedade: o trabalho na forma de emprego. O que era uma finalidade central do ser humano converte-se em meio de subsistência e de interesses. [...] Transforma-se em meio e não em primeira necessidade de realização humana (p 104).

Em uma pesquisa qualitativa realizada com docentes de duas instituições de ensino técnico em Natal/RN, Santos, Morais e Brandão (2017) analisaram as concepções de trabalho e trabalho docente e observaram que, embora os professores diferenciasssem o trabalho docente de outras formas de trabalho, não conseguiram identificar com clareza quais saberes eram específicos dessa prática.

Os autores identificaram, na literatura especializada, duas abordagens sobre o conceito de trabalho: uma que o considera sob uma visão histórica e outra que o aborda em seu sentido ontológico. A análise dos discursos dos professores entrevistados revelou uma visão histórica do trabalho, com percepções pautadas pelo senso comum e alinhadas às demandas do mercado, em detrimento de uma perspectiva ontológica, que os autores defendem como necessária para a formação humana integral. Para os autores, essa limitação parece estar relacionada tanto à formação inicial quanto à falta de formação continuada.

Tumolo (2019) propõe uma reflexão crítica sobre o verdadeiro significado do trabalho no capitalismo e se essa concepção pode realmente servir como um princípio educativo emancipador. O autor sugere que, no contexto do capitalismo, o trabalho, em vez de promover a emancipação, contribui para a exploração e a degradação dos trabalhadores, o que coloca em dúvida a viabilidade do trabalho como princípio central de uma proposta educativa transformadora.

Para Tumolo (2019), a concepção de trabalho como princípio educativo carece de precisão teórica e gera interpretações diversas e contraditórias. O autor menciona que a ideia de trabalho como base da educação tem suas raízes em pensadores marxistas, como Gramsci, e que, desde os anos 80, foi amplamente debatida por estudiosos da educação no Brasil. Conforme Saviani (1986, *apud*. Tumolo 2018), “todo sistema educacional se estrutura a partir da questão do trabalho, pois o trabalho é a base da existência humana” (p. 02).

No entanto, Tumolo (2019) levanta questionamentos sobre o papel do trabalho no capitalismo, considerando que esse sistema de produção tende a desumanizar os trabalhadores. Ele discute que, na sociedade capitalista, o trabalho não pode ser o princípio educativo de uma proposta política voltada para a emancipação humana, afirmando que “o trabalho só poderia ser concebido como princípio balizador de uma proposta de educação que tenha uma perspectiva de emancipação humana numa sociedade baseada na propriedade social, vale dizer, na não-propriedade dos meios de produção” (p. 09). Até lá, o autor defende que o princípio educativo deve ser a crítica radical do trabalho, que implica a crítica do capital e do capitalismo.

Focando nos efeitos das transformações do mundo do trabalho no contexto educacional, Araújo e Mourão (2021) assinalam que a precarização do trabalho nos Institutos Federais surge como efeito de mudanças sociais e de políticas neoliberais que influenciam fortemente a educação. Para compreender esse fenômeno, é preciso considerar a crise do sistema capitalista e como a classe trabalhadora e a produção estão organizadas.

De acordo com os autores, a precarização é um processo multifacetado que se manifesta em formas de trabalho que buscam maximizar a extração de esforço, envolvendo a flexibilização das relações de trabalho, ataques a direitos trabalhistas e a diminuição das garantias sociais. Araújo e Mourão (2021) chamam a atenção de que:

Precarização simboliza um campo contestado: um campo em que a tentativa de iniciar um novo ciclo de exploração também atende desejos e comportamentos subjetivos, que expressam a recusa do velho regime fordista do trabalho e a busca de outro mais flexível que ameça a vida (p. 13).

Ou seja, no contexto da precarização do trabalho, o processo de estabelecer novas formas de exploração, que podem ser mais flexíveis e adaptáveis, também reflete os anseios, expectativas e modos de vida dos trabalhadores. O campo contestado mencionado pelos autores refere-se a, portanto, a um espaço de luta e debate onde diferentes interesses, ideologias e práticas estão em conflito. Dessa forma, a precarização na educação não se resume a trabalhar em condições inadequadas que causam sofrimento ou adoecimento, mas “consolida-se como processos dinâmicos e complexos de exploração da força de trabalho” (p. 07).

No contexto dos Institutos Federais, as formas de precarização se manifestam, segundo os autores, nas formas de fetichização da nova carreira, que promete avanços e melhorias, mas mascara a intensificação do trabalho e a precarização das condições laborais; intensificação do trabalho, relacionada ao aumento das exigências e responsabilidades dos docentes, sem a correspondente melhoria nas condições de trabalho; aumento da densidade laboral, com o professor atuando em níveis de ensino diferentes no mesmo espaço de tempo; flexibilização da hora/aula que provocou um aumento disfarçado da carga horária; e na verticalização dos níveis de ensino, que exigem do trabalhador policompetências para executar o seu trabalho.

Os dados encontrados até o presente momento possibilitaram uma compreensão dos principais debates em torno da categoria trabalho, fornecendo uma base para as próximas etapas da pesquisa, que incluirão entrevistas com os participantes. A sistematização dos achados bibliográficos orientou a formulação de categorias iniciais que deverão ser aprofundadas com os dados empíricos a serem coletados. Os resultados preliminares apresentados até aqui corroboram a importância de continuar investigando o tema sob diferentes perspectivas, neste caso, investigando a construção de significados do trabalho para a vida do trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Autores como Antunes (2013), Freitas (2018), Mézaros (2011) e Dejours (2011) chamam a atenção de que em vez de melhorar as condições de vida, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas intensifica a precariedade das condições objetivas de trabalho e existência. Dessa forma, a crise estrutural do capitalismo fragmenta a classe trabalhadora, destituindo cada vez mais o trabalho do seu sentido ontológico. Essa dinâmica torna relevante a investigação do significado do trabalho para o trabalhador, pois é no antagonismo entre o ideal de realização pessoal e as condições reais de trabalho que se revelam as tensões e contradições forjadas pelas relações de produção capitalistas.

Os resultados obtidos ao longo desta pesquisa evidenciam a relevância do trabalho como tema de estudo em diversas áreas do conhecimento, como Administração, Sociologia, Serviço Social, Educação e Psicologia. A partir do levantamento do estado da arte, observamos que cada uma dessas disciplinas

aborda a categoria trabalho sob diferentes perspectivas e referenciais teóricos, o que demonstra que este é um fenômeno complexo e multifacetado.

Compreendemos que a centralidade do trabalho para a vida social se manifesta de forma contraditória nas experiências dos trabalhadores. Embora o trabalho seja essencial para a existência, ele se apresenta de forma precarizada e alienada nas condições produtivas impostas pelo capitalismo. Esse caráter antagônico e aparentemente inconciliável reforça a importância de continuar investigando o fenômeno, que é dinâmico e permanece em transformação, acompanhando mudanças sociais, tecnológicas e econômicas. Trata-se, portanto, de um campo do trabalho fecundo para a investigação científica.

Nesse sentido, as conclusões aqui apresentadas oferecem uma base para futuras pesquisas que podem contribuir para o aprofundamento das discussões sobre o mundo do trabalho. Estudos que examinem as condições de trabalho em diferentes áreas, especialmente em contextos de precarização e intensificação do trabalho, são fundamentais para jogar luz sobre os efeitos que essas mudanças provocam na vida dos trabalhadores, bem como fomentar estratégias possíveis de resistência e de criação de horizontes possíveis. Ao revelar as contradições inerentes ao modelo de vida contemporâneo, a pesquisa científica se coloca a serviço da defesa dos direitos dos trabalhadores e da promoção da transformação social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 1995

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**. 1ª ed., São Paulo: Almedina, 2013

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2020

ARAÚJO, José Júlio César do Nascimento; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. **O trabalho precário nos Institutos Federais: uma análise dos processos de intensificação do trabalho verticalizado**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 47, 2021

ARAÚJO, Romilda Ramos de; SACHUK, Maria Iolanda. **Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas**

organizações contemporâneas. Revista de Gestão USP, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 53-66, janeiro/março 2007. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/27572/os-sentidos-do-trabalho-e-suas-implicacoes-na-formacao-dos-individuos-inseridos-nas-organizacoes-contemporaneas/i/pt-br>

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Lisboa edições, 1977

COUTINHO, Maria Shalfin. **Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação.** Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2009, vol. 12, n. 2, pp. 189-202. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v12n2/a05v12n2.pdf>

DEJOURS, Christophe. **A Banalização da Injustiça Social.** 7ª ed., Rio de Janeiro: FGV, 2011

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** In: Antunes. R. (org.) A dialética do trabalho: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 11-28

FERRAZ, Deise Luiza da Silva; FERNANDES, Paula Cristina de Moura. **Desvendando os sentidos do trabalho: limites, potencialidades e agenda de pesquisa.** Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, vol. 22 n. 2, São Paulo, jul./dez. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172019000200004

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** 1ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2018

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6ª ed., São Paulo: Atlas, 2017

GONÇALVES, Ruth Maria de Paula; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. **Relações antagônicas entre sentido e significado do trabalho no capital: uma análise na perspectiva ontológica.** Psicologia & Sociedade, 25(3), 685-694. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/4Vtg4gMNkSmvB9YHpTKfs8k/>

LEONTIEV, Alexei. **O desenvolvimento do psiquismo.** Lisboa: Livros Horizonte, 1978

LUKÁCS, G. O trabalho. In: **Ontologia do Ser Social**. Tradução de Ivo Tonet. Mimeo, 1981

LUNA, I. N. **Para além das aparências: Construção da identidade no mundo do trabalho**. In M. C. P. Lassance, Â. C. Paradiso, M. P. Bardagi, M. Sparta & S. L. Frishenbruder (Orgs.), *Intervenção e compromisso social - Orientação profissional: Teoria e técnica*, 1a ed., 2005, pp. 79-96

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital Rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011

MONTALVÃO, Luciano Alvarenga. **Trabalho e centralidade do trabalho na psicodinâmica de Christophe Dejours: uma investigação metateórica e histórica**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, UFRN. Orientador: Prof. Dr. Jorge Tarcísio da Rocha Falcão, 2021

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social: Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2015

RIBEIRO, Carla; LÉDA, Denise. **O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva**. Estudos e pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, ano 4, n. 2, 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808-42812004000300006

SANTOS, Maria Gerusa; MORAIS, João Kaio Cavalcante; BRANDÃO, Pollyanna Araújo. **O caminho dos professores na educação profissional: percepções sobre o sentido do trabalho e do trabalho docente**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, vol. 1, n. 12, p. 96–110, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5717>

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 12. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>

SCHWEITZER, Lucas. **Bases epistemológicas sobre sentido(s) e significado(s) do trabalho em estudos nacionais.** Revista Psicologia Organizações e Trabalho, vol.16, no.1, Brasília, mar. 2016. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572016000100009

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** 1ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2015

TUMOLO, Paulo Sérgio. **O significado do trabalho no capitalismo e o trabalho como princípio educativo: ensaio de análise crítica.** Revista Trabalho Necessário, 1(1), 2019 <https://doi.org/10.22409/tn.1i1>

ZANELLI, José Carlos. **Introdução: Trabalho, saúde e construção da qualidade de vida.** In J. C. Zanelli (Coord.). *Estresse nas organizações de trabalho* (pp. 13-30). Porto Alegre: Artmed, 2010